

Espaços rurais metropolitanos: Um olhar para as políticas públicas voltadas ao novo rural e às pressões urbanas

Patricia Maíssa Ferragoni da Cruz¹

Resumo: Este artigo visa ampliar a discussão sobre a presença do rural nas metrópoles, por meio da perspectiva teórica das “Novas Ruralidades”, a qual propõe uma abordagem territorial desse espaço, reconhecendo suas particularidades e sua pluriatividade, e trazendo a ideia de que, até mesmo no contexto metropolitano, “nem tudo é urbano”. A partir deste novo enfoque, pode-se estimular a criação de políticas públicas próprias para a manutenção do rural metropolitano, com iniciativas para contenção da pressão urbana e também com incentivos à produção agrícola, à multifuncionalidade e à permanência de seus moradores. Ao fim, identifica-se aqui, através de uma revisão bibliográfica, políticas públicas que responderam de alguma forma a estas demandas e que podem servir de modelo a outros rurais metropolitanos.

Palavras-chave: Novo Rural. Políticas Públicas. Metrôpoles. Pressões Urbanas. São Paulo.

Metropolitan rural spaces: A look at public policies aimed at the new rural and urban pressures

Abstract: This article aims to broaden the discussion on the presence of the rural in metropolises, through the theoretical perspective of "New Ruralities", which proposes a territorial approach to this space, recognizing its particularities and its pluriactivities and which brings the idea that, even in metropolitan context, “not everything is urban”. From this new approach, the creation of public policies for the maintenance of the metropolitan rural can be stimulated, with initiatives to contain urban pressure and also with incentives for agricultural production, multifunctionality and the permanence of its residents. At the end, it is identified here, through a literature review, public policies that somehow responded to these demands and that can serve as a model for other metropolitan rural areas.

Keywords: New Rural, Public policy, Metropolis, Urban pressures, Sao Paulo.

Submetido em 08.12.2020; aprovado em 31.08.2021

Introdução

Para falar sobre o meio rural brasileiro é preciso reconhecer sua transformação e diversidade. O “novo rural” na literatura, em geral, se refere a uma porção territorial caracterizada por funções, dinâmicas, fluxos e pessoas, em caráter único e próprio, em contraste com o urbano e também com o “rural” que antes era visto exclusivamente como um espaço de produção de alimentos. A teoria das Novas Ruralidades, desse jeito, aponta para a existência de atividades que vão para além do setor agrícola e também para o conceito do rural com múltiplas realidades, que engloba a temática fundiária, econômica e social.

¹ Doutoranda em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC; e-mail: patferragoni@uol.com.br

O estudo sobre a relação rural-urbana e do novo rural, inclusive em metrópoles, precisa avançar pois pode ter grandes impactos ao orientar e redirecionar algumas políticas públicas e de planejamento atuais. O texto procura contribuir, por meio de uma revisão bibliográfica, à discussão sobre o novo rural das metrópoles, assim como também a respeito da aparição de políticas públicas que, de alguma forma, procuram assegurar a permanência de “territórios rurais multifuncionais” e produtores de alimentos em locais próximos a grandes centros urbanos, apesar de toda pressão do avanço da urbanização, garantindo assim, a soberania alimentar, o acesso e uma ciclagem mais sustentável e saudável dos alimentos e todo patrimônio histórico, cultural e ambiental que o rural pode oferecer. O exemplo do caso de São Paulo, como uma das maiores metrópoles da América Latina, deve servir, numa primeira aproximação, a este importante debate, e é funcional para os mais diversos contextos.

Para tanto, a primeira parte deste artigo “Rural e novo rural” descreve, de forma resumida, a transformação do rural nas últimas décadas e a consequente mudança na sua relação com o urbano, enfocando-se o contexto do “novo rural brasileiro” e também na particularidade e existência do rural metropolitano. Considerando a presença de um rural muito próximo às grandes cidades, discorre-se na seção posterior “Pressões urbanas e conversões de uso” sobre os critérios de expansão urbana e também as motivações que levam agricultores e/ou moradores da zona rural a deixarem suas atividades e a transformarem este solo. A seção seguinte “Políticas públicas e o rural metropolitano” apresenta casos internacionais em que houve a tentativa de implementar ações para se permitir a conservação e permanência de um território que tem suas funções sociais, culturais e ambientais importantes até mesmo para o bom andamento das grandes cidades. Por último, faz-se breves observações sobre a emergência desse debate para norteamento de políticas públicas, trazendo à tona o recente caso paulistano no tratamento do seu rural, em “O rural metropolitano paulistano e políticas públicas – considerações finais”.

1. Rural e novo rural

De acordo com João Ferrão (2000), o mundo rural e o mundo urbano, no passado, eram bem distintos e tinham uma relação estável de complementaridade. O “campo” era definido por: 1) sua função principal: a produção de alimentos, 2) sua atividade econômica predominante: a agricultura, 3) seu grupo social específico: os camponeses e 4) sua paisagem dominante: a natural equilibrada com a presença do homem.

Com a Revolução Industrial, as cidades se tornaram o que o autor chama de “palco do progresso” e começaram a ter maior relevância em relação ao campo, devido à presença de empregos, serviços e de equipamentos públicos. O mundo rural foi perdendo aos poucos o status de centralidade econômica e ficou como uma grande fornecedora de mão de obra

barata e desqualificada para o rápido crescimento urbano. A relação antes equilibrada entre o meio rural e urbano começou a ficar, de certa maneira, assimétrica. Ao longo do tempo, começou a haver distinção também entre o meio rural mecanizado, moderno, para aquele velho movido à força humana, não moderno. (FERRÃO, 2000).

Nas últimas décadas, pode-se dizer que o mundo rural se reinventou, pois, agora, as famílias camponesas tornaram a exercer “pluriatividades” com “plurirrendimentos”, transformando o campo num espaço “multifuncional” com valor patrimonial. O meio rural estaria cheio de patrimônios naturais e históricos passíveis de lucro. Os seus moradores poderiam dedicar-se a partir de então com a conservação e proteção da natureza (ideia de “renaturalização”), com a conservação e proteção de patrimônios históricos e culturais (ideia chamada de “autenticidade”) ou com o turismo e lazer (“mercantilização de paisagens”), além das suas duas características mais básicas, que é a de produção de alimentos e a da atividade econômica agrícola predominante (FERRÃO, 2000).

1.1 O novo rural brasileiro e suas particularidades

Assim como diz Ferrão (2000) para Europa, Ortega (2008) também afirma que no Brasil atualmente acontece essa mudança do rural e existe a progressiva quebra da fronteira entre o campo e a cidade, com os espaços mais misturados e articulados entre si, ficando até difícil delimitar o que é rural e o que é urbano.

Historicamente, em geral, as cidades da América-Latina foram a “porta de entrada da colonização”, com a fundação baseada na mentalidade expansionista europeia, com a relação “colonizador-colonizado” e a apropriação do espaço e dos recursos naturais bem marcados (FAVARETO, 2007). O Brasil sofreu um processo diferenciado do restante das colônias latino-americanas, pois a colonização aqui se deu com base na sociedade agrária (com os senhores de terra) e exploração econômica. Assim, enquanto a Espanha instituiu em seu Império a filosofia de rede de cidades, Portugal preferiu as redes de latifúndios. Até o séc. XIX apenas Salvador da Bahia e a Recife holandesa tinham expressividade como cidades no país e mesmo assim a sua aristocracia era muito ligada à vida no campo em suas grandes propriedades. Pode-se dizer, portanto, que na América Latina e, sobretudo, no Brasil houve a resistência rural sobre o meio urbano, com a conservação durante décadas do modelo hereditário, patriarcal, escravista, tradicional, de subordinação e pobreza (ROMERO, 2004; FAVARETO, 2007).

Foi só no fim do século XIX e início do século XX que as cidades começaram a crescer, associadas ao capitalismo industrial. Aliás, a velocidade de crescimento do meio urbano é um fator destacável, pois em poucas décadas as cidades se duplicavam, se triplicavam, até se decuplicavam, movidas principalmente pela migração de pessoas antes residentes no campo em busca de oportunidades e salários maiores. E, em pouquíssimo tempo, as cidades latino-

americanas estavam inflacionadas, demandando grandes volumes de importação, monetizando a vida social, causando o endividamento de muitos e dando continuidade aos antigos laços servis. De certa forma, pode-se dizer que a formação urbana na América Latina foi diferente do que ocorreu na Europa, sendo a urbanização mais ligada ao “subdesenvolvimento” do que ao próprio desenvolvimento, estando o “progresso” apenas no discurso (FAVARETO, 2007).

Até a década de 80, o Brasil assistiu o grande êxodo rural com a modernização da agricultura e industrialização nas grandes cidades. Esse movimento começou a ser freado na década de 90, em virtude da crise econômica e porque os empregos na cidade começaram a diminuir para mão de obra que não fosse qualificada. Só mais recentemente que começou a surgir essa multifuncionalidade do campo, similar à europeia, dando uma nova perspectiva de desenvolvimento para os territórios rurais, mesmo aqueles chamados “deprimidos” (ORTEGA, 2008).

Abramovay (2009), nesta mesma linha de pensamento, ressalta que o início deste milênio reserva um grande fenômeno demográfico, social e cultural: a revalorização das regiões interioranas. Isso justamente porque os espaços rurais abrigam grande biodiversidade, recursos paisagísticos e um estilo de vida desejado por muitos que vivem nas grandes cidades. Uma das tendências é o retorno de aposentados ao local de nascimento, onde ainda encontram amigos e maior tranquilidade em comparação com a metrópole, trazendo, dessa forma, renda e a necessidade de que mais infraestruturas e serviços se instalem no campo, para atenderem a qualidade de vida desejada, fomentando a economia local.

Um dos aspectos brasileiros que favoreceram o desenvolvimento econômico do campo recente foi o mecanismo público de transferência de renda para os mais pobres, como a aposentadoria rural, bolsa escola, bolsa renda, programas para erradicação do trabalho infantil etc., pois a renda a ser gasta atrai diariamente uma maior quantidade de produtos e serviços, ampliando a dinamicidade das atividades de trabalho das áreas rurais (ABRAMOVAY, 2009; OCDE, 2013).

Para Favareto (2010), três foram os motivos principais para que pudesse existir esse fenômeno do novo rural: o primeiro deles seria o compromisso institucional que garantiu que houvesse paridade econômico-social entre a agricultura e outros setores, trazendo força para a economia no campo e controlando o êxodo rural; o segundo deles seria o dinamismo criado com a equalização de rendas, o avanço da infraestrutura, a melhoria da comunicação e busca de idosos e profissionais liberais por tranquilidade e lazer, o que permitiu que ocorresse não mais o esvaziamento e sim o movimento demográfico para o campo; o terceiro motivo seria a aparição de muitos empregos e equipamentos sociais, após a descentralização político-econômica.

Segundo Favareto (2010), existem evidências empíricas que mostram que os tempos atuais representam um novo momento da zona rural brasileira, e são elas:

- A mudança da estrutura e a dinâmica da relação rural-urbana;
- A diversificação da economia rural, tornando-se múltiplas as formas de captação de rendas;
- A paisagem e a acessibilidade também se tornaram importantes como eram anteriormente a localização, fertilidade do solo e o preço da terra;
- O perfil populacional se alterou e os fluxos migratórios para as grandes cidades ficaram extintos ou aparecem com o sentido contrário;
- Surgiram novos agentes, variáveis, interesses e identidades;
- Aconteceram modificações também no meio institucional, principalmente no que diz respeito ao controle do uso e manutenção dos recursos naturais (FAVARETO, 2010).

Uma mudança relevante com a chegada da modernização em áreas rurais e com o advento de atividades não agrícolas foi a alteração dos grupos sociais e o fim da polarização tradicional na qual os ricos são apenas aqueles que obtêm grandes extensões de terra e pobres aqueles que não têm. Como as atividades foram mais diversificadas e o ganho econômico não se dá apenas por grandes produções em extensas propriedades, a pirâmide social do meio rural sofreu algumas alterações (CARMO, 2009).

Logicamente, alguns valores permanecem e de forma geral, independente dessas mudanças, continua-se a atribuir a terra como um bem simbólico de ascensão social e ostentação consumista (CARMO, 2009). É inegável também a presença e imponência da sociedade ruralista e do agronegócio na estrutura política, social e financeira brasileira. Porém, o que se ressalta aqui é o aumento da percepção do rural como um “território”, saindo daquela ideia de que o rural é sinônimo de um “setor econômico”, considerando que nele acontecem atividades diversas que vão para além da produção de alimentos (FERRAGONI DA CRUZ, 2016; SCHNEIDER, BLUME, 2004).

A primeira grande problemática encontrada é que, ainda hoje, existe o pensamento de que o rural é um espaço atrasado, tradicional e arcaico, enquanto que a cidade se constitui de um sinônimo do desenvolvimento e do progresso. Muitos consideram os habitantes do campo como aqueles que “não conseguiram” ir para as cidades. Para alguns, levar um pouco mais de adensamento e de infraestrutura e serviços significa “desruralizar” o campo. O rural não é, de forma alguma, como visto, um resíduo do desenvolvimento das cidades e não pode ser tratado como pobre e decadente, porque a sua realidade é outra (FERRAGONI DA CRUZ, 2016).

A partir do momento em que se começa a tratar o “rural” como um território, começa-se a perceber dinâmicas que antes eram desprezadas ou apagadas, como por exemplo, a temática da gentrificação rural (um tema ainda pouco tratado no Brasil). Já que, com o reconhecimento da existência do turismo rural, nestes espaços, como atividade econômica,

Espaços rurais metropolitanos:

Um olhar para as políticas públicas voltadas ao novo rural e às pressões urbanas

social e, por vezes, até mesmo política (com o discurso ambiental), identifica-se também a existência de um progressivo deslocamento de pessoas provenientes do urbano a estes locais, o estímulo à valorização imobiliária, a adoção de um novo estilo de vida e a criação de novos padrões de circulação. Este fenômeno pode ser visto como uma oportunidade por uns, mas pode ser reconhecido como uma “via potencializadora” de exclusão econômica e social por outros (LEAL, 2014; GALVÃO, 2017). Estas e outras questões que muitas vezes poderiam ser vistas como “exclusivas” das cidades, podem passar a ser processos mais visibilizados no rural.

Observa-se também, na análise da relação rural-urbana, uma grande incompreensão da conexão que hoje o mundo rural tem com os grandes centros e com o mundo, por meio dos transportes e das redes de comunicação, assim como acontece com o meio urbano. Um cidadão tem, praticamente, o mesmo acesso à internet e a dispositivos móveis do que aquele que mora no campo. O que se crê normalmente é que o rural é um mundo à parte, isolado e indiferente àquilo o que ocorre ao mundo, mas não é. O avanço da tecnologia e a modernidade permitiram que as pessoas ficassem cada vez mais interligadas entre si (FERRAGONI DA CRUZ, 2016).

Portanto, quando se fala que existe um novo rural, considera-se assim a existência de um território marcado por uma ruralidade específica, e que apresenta vida, dinâmicas, fluxos, equipamentos, serviços, infraestrutura, assim como existe no urbano (contradizendo aqueles que acreditam que receber luz e saneamento básico, por exemplo, é uma forma de urbanização), onde ainda se concentram atividades produtivas, mas também outras bem diversas que complementam e compõem a renda da sua população (FERRAGONI DA CRUZ, 2016).

Fica claro que, como existem inúmeras representações do que é uma cidade ou o urbano, também existem os espaços rurais mais distintos dentro do solo brasileiro, passando desde aquele rural mais tradicional, distante, isolado, até o rural marcado pela produção agropecuária massiva, focada na exportação e com laços com outras partes do mundo, até o rural mais conectado com produção de alimentos por pequenas famílias e aquele rural mais voltado para o turismo, lazer e exploração e conservação do meio ambiente (FERRAGONI DA CRUZ, 2016).

Como existem diversos “urbanos” e diversos “rurais”, é nesta perspectiva que se reconhece a dificuldade de se definir exatamente o que é rural e o que é urbano em diversas partes do país e também em outros países do mundo. Os critérios estabelecidos pelos países, de forma prática, para definir o que é urbano e o que é rural normalmente correspondem mais a tradições histórico-institucionais do que o reflexo das situações geográficas em si. Normalmente esses critérios não se conversam, fazendo com que a comparação dos espaços

rurais de um país para outro país seja um grande risco, já que cada um tem a sua metodologia específica para a delimitação (ABRAMOVAY, 2009).

1.2 O rural metropolitano brasileiro

Ao se pensar num contexto metropolitano como é São Paulo, onde está localizada uma das maiores cidades do mundo (em termos populacionais), tende-se a desconsiderar a existência de espaços nos quais poderiam ser caracterizados como “rural” pela sua ruralidade, sua função e sua dinâmica apresentada. Entretanto, o rural está mais próximo e presente do que se imagina. A inclusão “recente” do rural no último Plano Diretor de São Paulo de 2014, por exemplo, reconheceu a existência desse espaço. Ao que antes se considerava um município em totalidade urbano, hoje tem um terço de todo o seu território físico considerado como “rural” (ou esse “novo rural”), porque foram identificadas e reconhecidas localidades que, mesmo com equipamentos, infraestruturas (não iguais ao centro, mas em sua particularidade), apresenta uma lógica de funcionamento totalmente distinta daquilo que se chama de “cidade”, com espaços de produção de alimentos e áreas de proteção ambiental presentes.

Alguns são os casos estudados no Brasil em relação ao rural existente na metrópole. Um deles feito por Kozenieski e Medeiros (2018), foi quanto à mudança do perfil territorial do município de Porto Alegre (RS). O município gaúcho, ao longo dos últimos anos, tem perdido suas áreas rurais, tomadas pelo processo de urbanização, mas mesmo assim apresenta espaços agrícolas relevantes até os dias atuais. Há, de acordo com a pesquisa, dois tipos de produção: a convencional, feita em larga escala, gerida por grandes empresas, comercializada no Ceasa e fora do município; e a orgânica, feita em pequena escala, gerida por famílias em pequenas propriedades e comercializada em feiras e mercados locais. Segundo os autores, a segunda tipologia de produção agrega também o turismo, a proteção ambiental e outras atividades que trazem renda às famílias, que é o que se chama aqui de multifuncionalidade e pluriatividade do rural.

Quando se fala de planejamento e gestão que incentivam ou não a permanência dos moradores rurais em Porto Alegre, primeiro se destaca a negação do Plano Diretor do município, feito em 1999, da existência do rural dentro dos seus limites. Assim, instrumentos urbanísticos acabam sendo de forte incidência, valorizando os imóveis rurais e transformando o uso destes. Contraditoriamente, por outro lado, a prefeitura e outras instituições atuantes nestes territórios fazem trabalhos, por exemplo, de assistência técnica, de disponibilização de espaços privilegiados para comercialização de produtos e a isenção tributária, que de certa maneira reconhece a existência da produção agrícola e contribui para sua manutenção e funcionamento (KOZENIESKI E MEDEIROS, 2018).

O processo que mais traz a transformação de uso produtivo do solo, nas partes mais vizinhas aos limites urbanos, é a valorização imobiliária. Segundo Kozenieski e Medeiros (2018), muitos proprietários de terra nestas porções de transição rural de Porto Alegre trocam suas terras por outras em outras localidades, pois são muito maiores, fazendo-os sair do município, muitas vezes até mesmo trocando de atividade principal.

Já quando se vai cada vez mais para as bordas do município, diferentemente das áreas rurais mais próximas do centro urbano de Porto Alegre, a valorização imobiliária, roubos, invasões, entre outros problemas que são influenciados pelas cidades se tornam cada vez menos recorrentes e menos apontados pelos moradores rurais porto-alegrenses, ficando mais como preocupação a própria sucessão familiar, herança e continuidade do trabalho (KOZENIESKI E MEDEIROS, 2018).

Marafon e Seabra (2014), estudando a relação cidade-campo e a comercialização agrícola no estado do Rio de Janeiro, evidenciaram a produção familiar no espaço rural fluminense dada como uma alternativa ao modelo dominante do agronegócio, com bases agroecológicas e sustentáveis, o que atrai turistas e novos residentes oriundos do urbano, em busca de um novo estilo de vida e valorizando o patrimônio histórico e natural. Como existe a diminuição da jornada de trabalho com tecnologias de produção, membros das famílias têm liberação parcial ou integral para complementar a renda empregando-se em atividades não-agrícolas e turísticas (principalmente na Região Serrana).

A comercialização agrícola, neste contexto, estreitaria as relações cidade-campo, e se expressaria como um novo ambiente para o acúmulo e reprodução do capital. Há, através da multifuncionalidade, uma alteração no rural produtivista e fordista, para um mais flexível e que atende os nichos do mercado mais contemporâneos. O espaço rural vira uma mercadoria e articula sua produção e funcionalidade aos interesses locais e globais. O rural se transforma, mas mantém sua alteridade com o urbano (MARAFON, SEABRA, 2014).

E, assim como se considera a existência de urbanidades no campo, também começa a ser possível viver as ruralidades dentro das cidades, com padrões, símbolos e comportamentos específicos e característicos. A própria existência cada vez mais potente da agricultura urbana (desenvolvida embaixo de linhões de energia, verticalmente, em escolas e vilas), de redes de agroecologia e de grupos de consumo sustentável prova isso. A globalização permitiria essa ressemantização do rural, de acordo com parâmetros técnicos-espaciais e socioeconômicos atuais. Esse novo significado e essa nova oportunidade de se investir e reproduzir o capital no rural multifuncional é resultado de muitos conflitos, negociações, cooptações e aceitações mutáveis que ocorreram ao longo dos últimos anos. E é por isso que esse “novo rural” vem em contraponto ao rural produtivista das grandes propriedades, que seria ainda o modelo hegemônico, e a multifuncionalidade e a pluriatividade vêm ligado, em sua maioria, à produção familiar em pequenas propriedades, com incentivo

às práticas agroecológicas e alternativas de cultivo, mas também lazer, turismo e preservação ambiental (MARAFON, SEABRA, 2014).

2. Pressões urbanas e conversões de uso

A transformação do solo vem principalmente quando ocorre a expansão urbana, onde espaços naturais e agrícolas são perdidos. E não é só apenas o “consumo de terra”, mas também uma questão de fragmentação e transição de economias do rural para o urbano (SIMÓN ROJO, ZAZO MORATALLA, MORÁN ALONSO, 2012).

Tanto a questão da expansão urbana, quando a alteração de atividades agrícolas em não agrícolas em espaços rurais esbarram em conflitos referentes às competências dos órgãos públicos para cada categoria de território. Isso porque para o solo rural voltado à questão agrária e à colonização tem-se o INCRA e normalmente para dentro dos solos urbanos, tem-se os municípios. Porém, para parcelamentos que vão para além dos perímetros urbanos dos municípios acaba muitas vezes existindo um vácuo de regulamentação, responsabilidade, controle, tributação e fiscalização federal, estadual e municipal. Já que o parcelamento do solo rural muitas vezes não é legislado pelos municípios ou até mesmo existe a proibição para que ocorram, e assim, muitos deles acabam sendo criados em áreas rurais clandestinamente. Tais loteamentos envolvem os mais diversos estratos sociais, representados por condomínios fechados nas classes mais altas (normalmente vendidos com o discurso da segurança, tranquilidade, menor poluição, terrenos mais baratos etc.) ou por ocupações mais espontâneas e favelas nas classes mais baixas, por processos ligados a expulsão, desapropriação e periferação de certos grupos. Esta irregularidade, além de trazer problemas de ordem estrutural e legal, também normalmente está atrelada a exploração inadequada de recursos naturais e descuido no rejeito de lixo e esgotos (MIRANDA, 2009; SAULE JR., 2004; SANTORO, COSTA, PINHEIRO, 2004).

O importante nesta questão, segundo Nakano (2004), seria que a regulação do uso e da ocupação do solo ficasse sob competência dos municípios, já que a instância municipal tem o olhar do território como um todo, através da utilização de instrumentos tais como o Plano Diretor e de outras leis que possam ter a incidência local, que controlem e não induzam, por exemplo, novas ocupações. Lembrando-se aqui que o rural deve ser tratado como um espaço e não um setor econômico. Assim, apenas para assuntos agrários, como já é feito, as responsabilidades do INCRA continuam e não há a invasão da competência da União para regular esse tipo de uso do solo na zona rural. Independente da esfera de governo, o que se deve levar em consideração sempre é o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade, seja ela urbana e rural, a fim de redistribuição de riquezas e combate às desigualdades sociais em qualquer parte do território (MIRANDA, 2009; SAULE JR., 2004; NAKANO, 2004).

Espaços rurais metropolitanos:

Um olhar para as políticas públicas voltadas ao novo rural e às pressões urbanas

Gomes et al (2019), em um estudo em Torres Vedras, em Portugal, uma área com grande presença agrícola, mas com pressões urbanas, revelou que os três principais atores no processo de urbanização de áreas rurais são:

- 1) os investidores ou também chamados de “desenvolvedores”, os quais desejam a expansão urbana, pautada por aumento populacional, maior procura por habitações e estratégias de planejamento que favoreçam maior lucro;
- 2) os agricultores que, sentindo o avanço do urbano, querem capitalizar seu investimento, ou aqueles que têm propriedades que se adequam à demanda de lazer ou estilo de vida;
- 3) os planejadores de uso da terra, de forma geral.

Quando se fala de pressão urbana, apesar de muitos pensarem que os investidores ou os planejadores seriam fortes atores, os agricultores é que na verdade são importantes definidores quanto ao uso da terra, como visto no caso de Porto Alegre. Eles têm a tomada de decisão e participam ativamente do mercado imobiliário, comprando, vendendo ou alugando terras. O controle e a conversão do uso da terra são impactados a partir dessa capacidade de investimento (GOMES et al, 2019).

Normalmente quando uma área agrícola está mais vulnerável, o agricultor/dono da propriedade tem a opção de manter e maximizar a produtividade ou vender suas terras para os investidores para os mais diversos fins. Quando fica mais rentável alugar a propriedade do que produzir e vender, então há um forte indicador de possível conversão de uso rural para uso urbano do lote (GOMES et al, 2019).

Alguns fatores que influenciam na decisão dos agricultores para preservar as suas terras como rurais ou convertê-las como urbanas, são: 1) Acesso à rede de transportes, tanto para o escoamento de alimentos como também para a produção habitacional; 2) Distância de cooperativas agrícolas, mercados comerciais e potenciais consumidores; 3) Subvenção agrícola, que visa inovação na agricultura, organização e resistência às mudanças climáticas; 4) Preço da terra; 5) Instrumentos de regulação do uso e ocupação do solo, assim como de expansão urbana. A partir daí, os agricultores ou posseiros da terra equilibram os custos e os benefícios para possivelmente manter para uso agrícola ou ceder ao uso urbano (GOMES et al, 2019).

A idade dos agricultores é um fator também decisivo quando se analisa os padrões de decisão. Quanto mais jovens esses atores, mais disponíveis e abertos estão para mudar de atividade econômica e muitos vêm como vantagem comprar uma nova terra em outro lugar. Enquanto a grande maioria dos mais velhos, apesar de poderem querer deixar de produzir por algum motivo, ainda pretendem deixar as terras para seus herdeiros e manter as atividades. A idade avançada também os deixa com a crença que seria “tarde demais” ou “muito arriscado” para investir em outro local (GOMES et al, 2019).

Andersson, Eklund e Lehtola (2009), por sua vez, se aprofundaram na abordagem do futuro das áreas rurais, em cinco países europeus, através da influência que certos atores sociais teriam para o desenvolvimento rural com a produção de bens e serviços rurais. Dentre os atores sociais de impacto estariam agricultores que saem da agricultura convencional para uma mais inovadora e multifuncional, os novos moradores em busca de amenidades e empresas interessadas pelo negócio turístico.

O que os autores perceberam, ao longo dos estudos, foram os diversos graus de pressão urbana nestes rurais, com construção civil intensa, aumento populacional etc. Entretanto, deve-se sempre considerar que cada contexto traz uma realidade distinta e pressões variadas. Nas áreas metropolitanas francesas e holandesas estudadas, por exemplo, a própria existência da agricultura em espaços rurais já era a grande força segura contra a pressão urbana. Na França, a valorização da produção já é o grande baluarte, já na Holanda existe uma forte regulamentação de agricultura para a contenção das pressões. Esses são os casos em que a atividade agrícola por si só se assegura perante o avanço da urbanização (ANDERSON, EKLUND, LEHTOLA, 2009).

Enquanto isso, também foram analisadas as áreas metropolitanas rurais espanholas e húngaras que, por outro lado, e totalmente contrário aos casos franceses e holandeses, mostraram que a presença da produção primária convencional era a atividade mais suscetível e vulnerável às pressões urbanas, com o avanço intensivo de novas habitações e do setor imobiliário. Na área metropolitana de Valencia, uma particularidade existiu: áreas com produção orgânica, restaurantes e localidades turísticas e voltadas para jardinagem conseguiam resistir (ANDERSON, EKLUND, LEHTOLA, 2009).

Esses casos todos sugerem que as áreas rurais com menores pressões urbanas são aquelas que, em sua maioria, tem uma lei que as asseguram ou estão se desconectando daquela produção agrícola convencional e se voltando para a multifuncionalidade. Um fato observado nesta pesquisa também é que, até certo nível, uma moderada pressão urbana é benéfica para as áreas rurais desenvolverem a sua multifuncionalidade (ANDERSON, EKLUND, LEHTOLA, 2009).

Segundo Anderson, Eklund e Lehtola (2009), existem três formas de se olhar a multifuncionalidade no rural:

- 1) como uma pluriatividade em relação a agricultura convencional: combinação da agricultura tradicional com outras atividades da fazenda;
- 2) como regulação espacial do “campo de consumo”: atendendo as diversas demandas dos consumidores, implicando nas várias funções da agricultura frente a terra rural;
- 3) agricultura multifuncional para o desenvolvimento rural sustentável: equilíbrio entre produção agrícola, natureza e sociedade rural.

Além disso, Simón Rojo, Zazo Moratalla e Morán Alonso (2012) apontam que ter espaços agrícolas próximos dos grandes centros não significa apenas uma contribuição para a soberania alimentar, mas o valor está também na sua multifuncionalidade, isto é, pela presença de espaços ambientais, de lazer, de identidade e patrimônio. São quatro “externalidades positivas” da atividade agrícola: 1) espaços abertos de qualidade cênica; 2) manutenção do patrimônio cultural (imóveis e estilos de vida); 3) regeneração do solo e 4) proteção da biodiversidade.

3. Políticas públicas e o rural metropolitano

Para Fernández e De La Veja (2017), é de extrema importância para as políticas públicas programar a mudança de uso de terra em áreas metropolitanas, para a contenção ou regularização da expansão urbana, a fim de controlar também a oferta e demanda habitacional e a especulação imobiliária. Destacam, assim, a necessidade da criação de metodologias de análises destas regiões, com as mais diversas escalas e observação dos macro e microprocessos que ali ocorrem (FERNÁNDEZ, DE LA VEJA, 2017).

Arnaiz-Schmitz et al (2018) também falam sobre as perdas de uso tradicionais no campo europeu e sobre alterações estruturais e socioeconômicas na população rural. Um dos fatores mais claros que influenciam a dinâmica da paisagem, a sua função e a coesão territorial é a distância e a acessibilidade com as partes mais centrais e urbanas da metrópole. Na metrópole de Madri (Espanha), o caso de estudo deles em questão, utilizando um modelo quantitativo desenvolvido pelos autores, as áreas mais agrícolas apresentaram boa coesão social, mas fraca conexão com a cidade, mas o sistema silvo-pastoril, contrariamente, apresentou alta conectividade com a metrópole. Estudos como esse, segundo Arnaiz-Schmitz et al (2018) são úteis para orientar políticas públicas e o planejamento.

O mesmo afirma Ode e Fry (2005), numa pesquisa em que se verificou a pressão urbana exercida entre a cidade e um sistema florestal na Suécia. Teoricamente, a urbanização não incidiria apenas sobre as partes habitadas, mas até mesmo em espaços intocados. Para eles, modelos para captar as pressões urbanas perante estes espaços podem direcionar as prioridades de planejamento e alocação de recursos em prol da qualidade e benefícios de se manter com menor influência a floresta ou qualquer outro espaço distinto do urbano. Um dos pontos interessantes deste estudo, no caso, é que foi observado que apenas a distância dos centros urbanos não é suficiente para se avaliar as pressões sofridas, vários parâmetros de qualidade, além dos quantitativos, foram adicionados para uma melhor caracterização.

Segundo Gomes et al (2019), estudar e até mesmo antecipar a conversão de uso e ocupação da terra no rural-urbano, é um parâmetro essencial para o planejamento rural, isso quando se deseja aumentar a soberania alimentar e se ter presente a produção e a paisagem agrícola. Muitos países não têm instrumentos eficazes para a manutenção da prática agrícola,

ainda se perdendo muito nesta questão da tomada de decisão individualizada. Algumas propostas de planejamento, a princípio, poderiam ser: a) demarcação de áreas de segurança agrícola; b) ligação entre agricultores e consumidores; c) políticas de contenção urbana.

Em Portugal, por exemplo, têm-se a Reserva Agrícola Nacional (RAN), que é um instrumento justamente desenhado para reconhecer e proteger as áreas mais adequadas morfológicamente, climaticamente e socialmente para a produção agrícola e dos recursos naturais, em geral, do país. Mesmo com essa lei e a demarcação dessas terras, observam-se as pressões urbanas do crescimento econômico. Entretanto, a regulamentação da RAN está sempre sofrendo alterações, visando melhorias e a última adaptação veio com informações digitais com dados georreferenciados, que se espera que possam auxiliar numa melhor gestão. Além disso, foi criada a Comissão Regional de Reserva Agrícola com o intuito de ajudar e transformar o processo de tomada de decisão como algo mais interativo e melhor avaliado (VAZ, BRITO, PAINHO, NIJKAMP, 2011).

Assim como em Portugal, o interesse em se encontrar maneiras de englobar a agricultura nos planos está cada vez maior. Na Europa, pode-se citar alguns exemplos disso. Três princípios que devem sempre ser levados em conta para a proteção dessas áreas: 1) segurança/soberania alimentar; 2) proteção e gestão dos recursos naturais, no contexto das mudanças climáticas; 3) equilíbrio territorial, com o incentivo do emprego local e a competitividade (SIMÓN ROJO, ZAZO MORATALLA, MORÁN ALONSO, 2012).

Uma das ações mais comuns e estratégicas é baseada no fornecimento de alimentos e produtos locais, tradicionais e de alto valor de qualidade, com o aprimoramento dos canais de distribuição e comercialização. Em Londres (Inglaterra), no London Plan, por exemplo, existe um programa multisetorial no qual se incentiva uma ação sobre toda a cadeia circular do sistema alimentar, que vai desde o plantio até a sua geração de resíduos. Propõem-se ações de médio prazo para que os moradores da cidade tenham acesso aos espaços verdes, ao campo e aos alimentos saudáveis e locais, incentivando também a competição e diversidade na distribuição. Em Munique (Alemanha), mais ou menos na mesma perspectiva, criaram-se iniciativas e acordos para a produção agroecológica e pecuária, nas quais estão envolvidos desde os produtores, ao governo local, agentes econômicos, lojas e restaurantes (SIMÓN ROJO, ZAZO MORATALLA, MORÁN ALONSO, 2012).

Em Milão (Itália), por outro lado, adotou-se a perspectiva da preservação ambiental. Ao longo do tempo, percebeu-se que proteger apenas os espaços mais isolados e “intocados” não era o único passo a se dar e a agricultura seria uma das escalas a serem consideradas de alto valor ecológico. Isso porque a produção de alimentos dentro de um ciclo tem conectividade ecológica e também, em alguns casos, traria a manutenção da biodiversidade. Com base na sua legislação ambiental, a cidade italiana tem um plano e uma lei regional que

Espaços rurais metropolitanos:

Um olhar para as políticas públicas voltadas ao novo rural e às pressões urbanas

estabelece um Parque Agrícola (Parco Agricolo Sud Milano), com mais de 47 mil hectares no entorno da grande cidade (SIMÓN ROJO, ZAZO MORATALLA, MORÁN ALONSO, 2012).

Essa proteção de espaços agrícolas e naturais também foi dado como importante em Montpellier (França), em seu Schéma de Cohérence Territoriale, e em Viena (Áustria). Em Viena, o plano em vigência faz a delimitação das áreas agrícolas e classifica de acordo com a prioridade da produção, tendo como produto final a preservação de um “anel verde” do município, formado até mesmo com por uma rede de fazendas públicas produtivas, onde toda matéria orgânica produzida pela população é direcionada como composto, fechando um ciclo na cadeia alimentar (SIMÓN ROJO, ZAZO MORATALLA, MORÁN ALONSO, 2012).

Já em Barcelona (Espanha), copiou-se o modelo italiano estabelecendo o seu parque agrícola, Parc Agrari del Baix Llobregat, no final dos anos 90, sem muito sucesso. O parque só foi protegido mesmo em 2004 com o Plano de Proteção e Melhoria Especial (PEPM) e assegurado quando foi mapeado em 2010 com o Plano Territorial Metropolitano de Barcelona, trazendo claramente também essa perspectiva ambiental (SIMÓN ROJO, ZAZO MORATALLA, MORÁN ALONSO, 2012).

Em Oost Zuid Holland (Países Baixos), por sua vez, faz-se o reconhecimento do papel agrícola para a paisagem e qualidade territorial. O seu plano prevê a diversificação da economia rural, com linhas de crédito para aqueles que assumirem serviços de custódia ecológica do território. Em Munique (Alemanha) também consideram o espaço agrícola como um elemento paisagístico e ambientalmente amigável (SIMÓN ROJO, ZAZO MORATALLA, MORÁN ALONSO, 2012).

O planejamento dessa forma deve entrar para que os espaços rurais tenham gestão inovadora, com a valorização da produção primária e a contribuição para a preservação ecológica de um ambiente já antropizado. Deve-se transformar aquela cultura agrária única tradicional para se ter o equilíbrio social, econômico e ambiental, criando também um esquema de governança territorial para que todos os atores possam participar e serem representados (SIMÓN ROJO, ZAZO MORATALLA, MORÁN ALONSO, 2012).

A estratégia de proteção destes espaços agrícolas traz uma nova análise quanto à multifuncionalidade e, desta maneira, enxerga o rural como um local potencialmente produtivo, ecológico e fornecedor de uma paisagem importante. O discurso e a preocupação com a alimentação saudável podem ser um gatilho para criar e desenvolver novos modelos para assegurar a autonomia alimentar, mas também para gerar novos laços de proximidades e planejamentos específicos para esse espaço (SIMÓN ROJO, ZAZO MORATALLA, MORÁN ALONSO, 2012).

Entre os instrumentos de gestão e proteção mais observados por Simón Rojo, Zazo Moratalla e Morán Alonso (2012), podem ser enumerados como: 1) Planos de manejo específicos com a delimitação e classificação dos solos com potencial agrológico, com

regulação focada para a manutenção da atividade primária e para restrição urbana; 2) Plano de gestão específico com estratégias sempre combinando a proteção dos espaços com a gestão; 3) Planos que reconhecem a importância do agrícola e condicionam planos municipais; 4) Planos estratégicos de desenvolvimento; 5) Elaboração de leis específicas, que reconheçam o valor do espaço rural agrícola e o conceitue.

Simón Rojo, Zazo Moratalla e Morán Alonso (2012) pontuam que a vontade política e dos atores sociais tem que estar presente para a proteção desses espaços e que não há fórmula a ser seguida, devendo-se assim entender cada um o seu contexto, as diversas escalas de atuação, instrumentos e estratégias possíveis a serem utilizados e os níveis de proteção necessários para a manutenção efetiva desses espaços rurais com o passar dos anos.

4. O rural metropolitano paulistano e políticas públicas – considerações finais

Dentre as iniciativas mais recentes e reconhecidas que aliam a questão do rural metropolitano paulistano, focada no incentivo da produção de alimentos e segurança alimentar, foi a regulamentação da Lei nº 16.140, de março de 2015, que dispõe sobre obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de São Paulo, isto é, na chamada “merenda” das crianças (SÃO PAULO, 2016).

Esta lei foi executada a partir do Plano de Introdução Progressiva de Alimentos Orgânicos ou de Base Agroecológica na Alimentação Escolar e sugeria que todos os alimentos orgânicos a serem usados fossem advindos da agricultura familiar de dentro do município de São Paulo que teriam preferência em relação a outros provenientes de outras localidades. A justificativa maior para a inclusão de alimentos de qualidade nas escolas foi livrar os estudantes dos agrotóxicos e não prejudicar o seu desenvolvimento (SÃO PAULO, 2016).

Outro projeto que também merece destaque é o “*Ligue os Pontos*”, que deu para a cidade de São Paulo o prêmio *Mayors Challenge 2016*, pela Bloomberg Philanthropies, ao analisar políticas públicas feitas para a América Latina e Caribe. “Ligue os Pontos” tem como objetivo geral a promoção do desenvolvimento sustentável das áreas rurais e também fomentar a cadeia da agricultura. Como os três objetivos centrais do Ligue os Pontos estão:

- 1) Fortalecimento os agricultores com informação, conhecimento e habilidades, a fim de melhorias nos processos produtivos e rendimentos;
- 2) Conexão da produção agrícola ao mercado, com a melhoria de processos durante toda a cadeia de valor da agricultura;
- 3) Promoção da sustentabilidade.

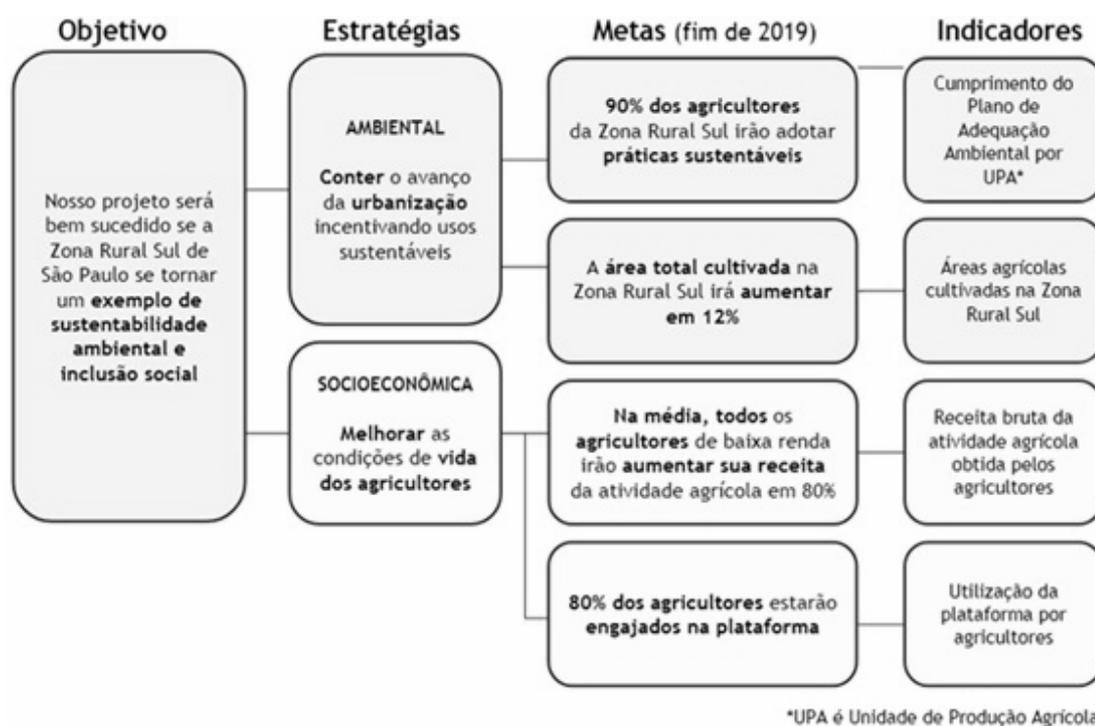
A figura 1 abaixo revela, de forma sucinta, os objetivos, estratégias, metas e indicadores do “Ligue os Pontos” (SÃO PAULO, 2018).

Espaços rurais metropolitanos:

Um olhar para as políticas públicas voltadas ao novo rural e às pressões urbanas

Quando se fala em “novas ruralidades”, leva-se em consideração não só o rural produtivista, na maioria das vezes tratado como um setor econômico, voltado à produção de alimentos e ao fornecimento de matérias-primas para o desenvolvimento, mas também de um rural que existe como par oposto do urbano, visto enquanto um território cheio de diferentes dinâmicas, fluxos, atividades, funções e diversas comunidades. A ruralidade presente neste espaço marca e caracteriza este local e pode estar mais presente do que se imagina, inclusive nas bordas e dentro de regiões metropolitanas, como a de São Paulo

Figura 1: Objetivos, estratégias, metas e indicadores do projeto Ligue os Pontos.



Fonte: Ligue os Pontos (SÃO PAULO, 2018).

A lógica de produção de alimentos, fornecimento de insumos, de energia, de lazer, de turismo e a presença de funcionalidades ambientais, assim como o recebimento de passivos e rejeitos urbanos, determinam a existência desse novo rural e o faz importante inclusive para a lógica das grandes metrópoles. O reconhecimento destas localidades e da relevância delas, a princípio, segundo a linha que aqui se defende, é o primeiro passo para uma governança justa, inclusiva e sustentável do território como um todo. É neste contexto que, frente à expansão e às pressões urbanas, o estudo destes territórios rurais em metrópoles brasileiras torna-se um assunto necessário e essencial a ser explorado.

Na mesma linha, começa-se a perceber várias iniciativas de planejamento e gestão inovadora ao longo do mundo que tentam justamente preservar a qualidade ambiental que o meio rural pode oferecer, assim como a sua produção primária e a sua multifuncionalidade

que hoje é reconhecida. Nota-se também que o discurso e a preocupação com a alimentação saudável pode ser um gatilho para criar e desenvolver novos modelos para assegurar a autonomia alimentar, mas também para gerar novos laços de proximidades e planejamentos específicos para esse espaço, como se pode verificar nos dois projetos citados, criados pela Prefeitura de São Paulo nos últimos anos.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *O Futuro das Regiões Rurais*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ANDERSON, K.; EKLUND, E.; LEHTOLA, M. Farmers, Businessmen or Green Entrepreneurs? Producers of New Rural Goods and Services in Rural Areas Under Urban Pressure. *Journal of Environmental Policy & Planning*. 2009. Acesso em 05 de Agosto de 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/15239080902774960>>.
- ARNAIZ-SCHMITZ, C.; DÍAZ, P.; RUIZ-LABOURDETTE, D.; HERRERO-JÁUREGUI, C.; MOLINA, M.; MONTES, C.; PINEDA, F. D.; SCHMIT, M. F. *Modelling of socio-ecological connectivity. The rural-urban network in the surroundings of Madrid (Central Spain)*. Urban Ecosystems-Springer: 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11252-018-0797-z>>.
- BERDEGUÉ, J. A.; PROCTOR, F. J. *Las Ciudades en la Transformación Rural*. Serie Documentos de Trabajo N° 130. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile. 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 15 de novembro de 2014.
- BRASIL. Lei nº 10.257 (2001). *Estatuto da Cidade*. Palácio do Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em 21 de novembro de 2014.
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. In: *Cadernos de Ciência e Tecnologia*. Brasília: Embrapa, v. 17, nº 1, p. 11-40, 2000.
- CARMO, R. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. *Sociologias*, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 252-280, Porto Alegre, 2009.
- CARVALHO, R. M. R. “Lentidão”, território e bem-estar: o movimento da cidade lenta e a sustentabilidade do lugar. *Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes*, n.02, pp. 73-89, 2014.
- CARVALHO, R. M. R. Cittaslow: Vida lenta e sustentabilidade nas cidades do bem viver. *Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes*, v.03, n.07, pp. 37-52, 2015.
- CITTASLOW (Internacional). *International Network Of Cities Where Living Is Good*. 2017. Disponível em: <<http://www.cittaslow.net/>>. Acesso em 10 de agosto de 2017.
- FAVARETO, A. Capítulo 1 – *Tendências Contemporâneas dos Estudos e Políticas sobre o Desenvolvimento Territorial. Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: Avanços e Desafios*. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. v 12. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2010.
- FAVARETO, A. O Planejamento do Desenvolvimento Rural nos Municípios. Artigo 6. Pag 74. *Desenvolvimento Rural: Desafios do Planejamento Econômico e Ambiental*. São Carlos, Editora Cubo: 2014.

FAVARETO, A. *Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão*. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

FERNÁNDEZ, P.; DE LA VEGA, S. ¿Lo rural en lo urbano? Localidades periurbanas en la Zona Metropolitana del Valle de México. Universidad Nacional Autónoma de México. Ciudad de México: EURE, 2017. vol 43. nº130. pp. 185-206

FERRAGONI DA CRUZ, P. M. *A Área Rural no Planejamento Territorial: reflexões sobre o enquadramento do rural e sobre a atuação da esfera municipal no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado (Planejamento e Gestão do Território). Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo, p.195, 2016.

FERRÃO, J. *Relações Entre Mundo Rural E Mundo Urbano - Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro*. Sociologia, problemas e práticas. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. 2000.

GALVÃO, P. Uma discussão sobre turismo e gentrificação no meio rural de Gravatá, Pernambuco, Brasil. *Revista Turismo & Desenvolvimento*. n. 27/28. 2017. p. 435 – 445.

GOMES, E.; ABRANTES, P.; BANOS, A.; ROCHA, J.; BUXTON, M. Farming under urban pressure: Farmers' land use and land cover change intentions. *Applied Geography*. Elsevier. 2019.

KOZENIESKI, É.; MEDEIROS, R. O rural agrícola na metrópole: o caso de Porto Alegre/RS. Confins – *Revista Franco-brasileira de Geografia*, 2018. Acesso em 5 de junho de 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/13167> ; DOI : 10.4000/confins.13167>

LEAL, D. M. S. *O povoamento neo-rural em Portugal Continental: riscos e oportunidades para o planeamento do espaço rural*. Instituto Técnico de Lisboa. 2014.

MARAFON, G. J.; SEABRA, R. Relações campo-cidade e a comercialização agrícola: notas sobre o espaço fluminense. *Geo UERJ. Rio de Janeiro - Ano 16, nº. 25, v. 2, 2º semestre de 2014*, pp.9-36. ISSN: 1415-7543 E-ISSN: 1981-9021. Acesso em 05 de junho de 2018. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>>.

MAYER, H.; KNOX, P. Slow Cities: Sustainable Places in a Fast World. *Journal of Urban Affairs*, vol. 28, n. 04, pp. 321-334, 2006.

MIRANDA, L. Planejamento Em Áreas De Transição Rural-Urbana - Velhas Novidades Em Novos Territórios. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos E Regionais*, V. 11, N. 1, 2009.

NAKANO, K. *O Plano Diretor e as Zonas Rurais*. Pág 25. O planejamento do município e o território rural. São Paulo: Instituto Pólis, 2004.

NAVARRO YÁÑEZ, C. J. Globalización y localismo: nuevas oportunidades para el desarrollo. *Revista de Fomento Social*, v.53, n.209, p.31-46, 1998.

OCDE. *Relatório Territorial da OCDE: Brasil 2013*. OECD Publishing, 2013. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/urban-rural-and-regional-development/relatorio-territorial-da-ocde-brasil_9789264189058-pt>. Acesso em 14 de maio de 2015.

ODE, A.; FRY, G. A model for quantifying and predicting urban pressure on woodland. *Landscape and Urban Planning*: 2005. Elsevier.

ORTEGA, A. C. *Territórios Deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. p. 282-312.

ORTIGOZA, S. *Paisagens do consumo: São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul [online]*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 232 p. ISBN 978-85-7983-128-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ROMERO, J. L. *América Latina – as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

SANTORO, P.; COSTA, C.; PINHEIRO, E. Introdução. *O planejamento do município e o território rural*. São Paulo: Instituto Pólis, 2004.

SÃO PAULO. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*. DECRETO Nº 56.913, DE 5 DE ABRIL DE 2016. Disponível em: <<http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/RenderizadorPDF.aspx?ClipID=095739T5IJOL0e20TDO1DQQ12A6>>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

SÃO PAULO. *Você conhece o projeto Ligue os Pontos?* Prefeitura da Cidade de São Paulo. Subprefeitura de Parelheiros. 2018. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/parelheiros/noticias/?p=84261>>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

SAULE JR, N. *A Competência Do Município Para Disciplinar O Território Rural*. Pág 41. O planejamento do município e o território rural. São Paulo: Instituto Pólis, 2004.

SCHNEIDER, S; BLUME, R. Ensaio Para Uma Abordagem Territorial Da Ruralidade: em busca de uma metodologia*. *REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO*, Curitiba, n.107, p.109-135, jul./dez. 2004.

SIMÓN ROJO, M.; ZAZO MORATALLA, A.; MORÁN ALONSO, N. *Nuevos Enfoques En La Planificación Urbanística Para Proteger Los Espacios Agrarios Periurbanos*. Instituto Universitario de Urbanística. Universidad de Valladolid. Ciudad es: 2012. 151-166.

TREVIZAN, S. *O que é rural? O que é urbano? E a educação?* Texto base da palestra do professor realizada no encontro regional do Fórum Estadual de Educação do Campo (FEEC) e da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), preparatório para a Conferência Estadual do FEEC e RESAB. Bahia, 2003.

VAZ, E. de N.; BRITO, A.; PAINHO, M.; NIJKAMP, P. *Impacts of Environmental Law and Regulations on Agricultural Land- use Change and Urban Pressure: The Algarve Case*. 2011. ERS conference papers ersa10p896, European Regional Science Association. Research Papers in Economics.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. *Estudos Avançados*, n. 51, maio-agosto 2004, p. 51-67, 2004